

## **OS GRUPOS SÓCIO-ESPACIAIS<sup>1</sup> DAS OCUPAÇÕES URBANAS DE BELO HORIZONTE E DOS ATINGIDOS PELA SAMARCO: CONTRADIÇÕES DE UM ATIVISMO CONTEMPORÂNEO**

Autor: Tiago Castelo Branco Lourenço

Filiação institucional: Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: tiago@coau.com.br

### **RESUMO:**

Neste artigo apresento os grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas que ocorrem em Belo Horizonte e região desde o ano de 2008 e os grupos sócio-espaciais compostos pelos atingidos pelo rompimento da Barragem da Samarco em 2015. Proponho o estudo desses casos e de suas assessorias em quatro fases. Essas fases atravessam momentos marcados por ações diretas e institucionalizadas. Com base nisso como o processo de institucionalização apresenta contradições nestas experiências de ativismo contemporâneo.

### **Palavras-chave:**

Ativismo Urbano. Moradia. Autonomia e Heteronomia.

GT – “GT15”: “Território, conflitos e ativismos sociais urbanos”

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo procura demonstrar como é importante o cotidiano na produção espacial, nas lutas pela moradia ele quase sempre fica invisibilizado pelas disputas que ocorrem nas arenas institucionalizadas, instâncias que pouco discutem a produção do espaço e acabam por se restringir aos seus aspectos abstratos. Aqui discuto aspectos levantados a partir dos bastidores

---

<sup>1</sup> O conceito grupo sócio-espacial parte da reflexão realizada em pesquisas do Grupo MOM (Morar de Outras Maneiras) vinculado a Escola de Arquitetura da UFMG. No artigo “Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica” de autoria da professora Silke Kapp, ela sistematiza várias reflexões que são desenvolvidas nas atividades de pesquisa, extensão e ensino do grupo. Esta tese utiliza o conceito almejando contribuir na sua formulação. Essa intenção se ateve a interpretar os grupos pesquisados a partir das formulações da professora Silke Kapp no referido artigo, sendo assim, em vários momentos do texto estarei a parafraseando, num processo de amadurecimento pessoal na formulação teórica sobre as práticas da assessoria técnica que estive diretamente envolvido.

dessa produção, envolvendo os moradores das ocupações urbanas de Belo Horizonte, os atingidos pelo desastre da Samarco em 2015 e as assessorias técnicas que os acompanham.

As ocupações urbanas de Belo Horizonte são eventos políticos que ocorrem desde o início da cidade. No projeto da cidade, não foram considerados espaços para as moradias das camadas populares. No decorrer de sua história, houve várias reivindicações de lugares para que essa parte da população pudesse morar.

No final dos anos 2000, começaram a se organizar várias ocupações. Durante esse primeiro século de Belo Horizonte, a demanda por moradia foi manifestada de diferentes formas, sempre se articulando com o contexto histórico mais amplo que a cidade atravessava. As ocupações urbanas mais recentes se relacionam com o processo de redemocratização do Brasil, processo que se estende desde meados dos anos 1980. Desde o fim da ditadura militar (1964–1985), as instituições brasileiras se organizam como um Estado democrático, e o acesso à moradia é um dos aspectos nessa construção institucional. As ocupações urbanas de Belo Horizonte evidenciam as contradições desse processo. Ao mesmo tempo que o acesso universal à moradia é considerado legítimo numa perspectiva democrática, o seu atendimento se apresenta como um problema para a reprodução do capital no país, levando à manutenção da negligência histórica quanto às políticas habitacionais.

Em 5 de novembro de 2015, uma barragem de rejeitos provenientes da atividade de extração de minério de ferro da Samarco Mineração S.A. se rompeu. Esse rejeito atingiria em poucos minutos o distrito de Bento Rodrigues e, em algumas horas, o de Paracatu de Baixo — ambos no Município de Mariana, na região central de Minas Gerais. Nas semanas subsequentes, o rejeito de minério continuaria descendo pelo leito do Rio Doce, deixando um rastro de destruição, até chegar à sua foz, no Oceano Atlântico, no distrito de Regência, Município de Linhares, Espírito Santo.

O caso do Desastre-crime da Samarco é caricato de uma lógica do capitalismo contemporâneo, que coloca o Estado como um ente descolado da vida cotidiana e que não atende às demandas de reprodução da vida, dentre elas a moradia. Um caso em que o neoliberalismo se apresenta sem rodeios e constrangimentos, em que as corporações passam a definir a vida coletiva e a produção social do espaço, inclusive quando cometem crimes e suas vergonhas são reveladas.

## GRUPOS SÓCIO-ESPACIAIS NA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

Os grupos sócio-espaciais são grupos de pessoas que se organizam na produção de um espaço. Isso, contudo, não significa que tais grupos necessariamente devam ser organizados, como é o caso das ocupações urbanas, ou grupos removidos por um desastre-crime como o cometido em 2015 pela Samarco, situações em que as pessoas estão mobilizadas na luta pela moradia. Um grupo sócio-espacial é condicionado pelo espaço e estabelece uma interação com este, produzindo-o; ou seja, o espaço é aspecto integrante do grupo, ao mesmo tempo que o grupo é aspecto integrante desse espaço.

O exercício proposto neste artigo é compreender as pessoas envolvidas — com as ocupações urbanas e com os processos de restituição dos direitos dos atingidos pelo desastre da Samarco em Mariana em 2015 — como grupos sócio-espaciais. Essa escolha pode levar ao equívoco de considerar que todos os grupos sócio-espaciais são dotados de consciência no processo de produção do seu espaço, o que não é uma implicação necessária do conceito mobilizado. Um grupo sócio-espacial se forma sempre no processo de produção do espaço e não pela vontade consciente de seus membros.

Esse conceito, portanto, diz respeito à produção do espaço, uma produção que não é mera contingência, como pode ser o caso quando se mobiliza o conceito de grupo social. A produção do espaço, assim, é um aspecto central na sua concepção. Conforme aponta Silke Kapp:

Genericamente, qualquer conjunto de indivíduos pode ser denominado grupo social, inclusive frações de classes ou estratos estatísticos. No sentido mais preciso da microsociologia e dos *social group studies* desenvolvidos a partir dos anos 1940, grupo social designa formações de pelo menos três pessoas que têm um propósito comum, interagem de modo relativamente contínuo durante um período relativamente longo e desenvolvem um senso de pertencimento e identidade, bem como um sistema interno de normas e certa divisão de tarefas e papéis [...]. O espaço não é constitutivo da concepção de grupos sociais inicialmente adotada na sociologia. O fato de pessoas estarem num mesmo lugar não configura, por si, um grupo social e, inversamente, tal grupo não depende sempre de um espaço físico (tanto menos quanto maiores as possibilidades de interação remota). Por outro lado, é evidente que grupos reais

costumam coincidir com determinados espaços. Interessa, então, compreender como tais espaços entram nas pesquisas e discussões.<sup>2</sup>

O espaço é muitas vezes tratado como um cenário onde se desenrola a vida social. A interação e sua produção são pouco consideradas. Em discussões como do tempo de longa duração de Fernand Braudel, o espaço é colocado como um aspecto importante na análise social. Contudo, Braudel trabalha com uma escala muito ampliada, em que o espaço geográfico<sup>3</sup> é o suporte para as manifestações de sociedades passadas, não permitindo a leitura de sua produção cotidiana. Essa condição fica evidenciada na escala da arquitetura, especialmente nas experiências de assessoria técnica, ocasiões em que arquitetos e urbanistas atuam junto de grupos humanos na sua produção. Aí, o espaço não é um aspecto descontextualizado do grupo que opera sobre ele. Ele é parte e dá sentido para o grupo, por isso, é sócio-espacial.

Um grupo sócio-espacial precisa ser compreendido a partir de suas experiências, e não por pressupostos externos. O grupo sócio-espacial faz sentido para quem experimenta junto a produção de determinado espaço, a compreensão de tal espaço por um agente externo será quase sempre limitada. O grupo sócio-espacial é protagonista nos processos em que se encontra envolvido, um protagonismo que ocorre a partir da cumplicidade dos seus componentes, constituída durante a produção sócio-espacial.

O conceito de protagonista associado à produção social do espaço foi trabalhado por Porto-Gonçalves em estudos sobre os seringueiros e a formação das reservas extrativistas na região amazônica no final dos anos 1980, numa abordagem que se aproxima da concepção de grupo sócio-espacial e de sua aplicação para a compreensão das ocupações urbanas de Belo Horizonte e do que se passa com os atingidos de Mariana. Esses dois grupos se formam a partir da produção social do espaço e têm nesse processo a constituição de sua identidade e das estratégias para se contraporem aos agentes estatais externos que desconhecem suas questões internas. As dificuldades dos agentes estatais na escolha de quais procedimentos adotar na relação com esses grupos ficam mais evidentes no caso dos seringueiros, mas também estão

---

<sup>2</sup> KAPP, Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica, 2018, pp. 227–228.

<sup>3</sup> BRAUDEL, O espaço e a história no Mediterrâneo, 1985.

presentes nas relações estabelecidas com os casos abordados neste artigo, quando se manifestam as frustrações e dificuldades de diálogo com os moradores e atingidos.

No contexto de formação das reservas extrativistas, destacou-se um protagonista que, mais que dizer, sabe fazer. Esse fazer, por sua vez, é também portador de um saber, que, a seu turno, é importante para garantir esse protagonismo numa conquista institucional pelo reconhecimento daquela população como extrativista.<sup>4</sup> Comparativamente, a condição em que os grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas de Belo Horizonte e os atingidos pela Samarco se encontram os deixa mais vulneráveis no que tange a garantir um suposto protagonismo, ou seja, numa disputa institucional, esses grupos sócio-espaciais estão mais suscetíveis a perderem seu protagonismo e não terem esse seu papel reconhecido, afinal, os grupos sócio-espaciais estudados não tem um conhecimento prévio na lida com as instituições. Na Amazônia, há maior dificuldade de controle por agentes externos, aspecto importante para a autonomia dos povos que lá habitam,<sup>5</sup> condição essencial para seu protagonismo.

Considerando os outros campos do conhecimento que têm o espaço como objeto central de estudo, como é o caso da geografia, o conceito de grupo sócio-espacial ganha um sentido mais contundente para a arquitetura e o urbanismo. Para essa seara do conhecimento, o espaço não é uma dimensão da vida para reflexão, mas sim para intervenção e, conseqüentemente, produção.

Utilizar os conceitos de território e lugar faz sentido dentro de uma escala mais ampla, porém, quando se busca a relação societária com a produção do espaço, eles parecem pouco considerar a dimensão cotidiana dessa produção. Com isso, a escolha do conceito grupo sócio-espacial passa também pela questão da escala. Neste artigo construo as análises ‘mais próximo’ de uma produção cotidiana do espaço. Essa ressalva quanto ao mais próximo é porque considero que os grupos sócio-espaciais estudados também operam em escalas mais amplas, quando disputam com o Estado os diferentes aspectos do conflito fundiário em que estão envolvidos.

Os grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas de Belo Horizonte contam com seus apoiadores — militantes, advogados e arquitetos —, carecendo estes últimos da vivência cotidiana dos espaços ocupados, razão pela qual não posso considerá-los como parte dos

<sup>4</sup> PORTO-GONÇALVES, Geografando nos varadouros do mundo, 2003, p. 568.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 574.

grupos. Muitas vezes, os apoiadores se encontram descolados da produção desses espaços e desenvolvem trabalhos abstratos acerca deles — o que não significa que suas decisões não tenham influência sobre a interação que os moradores estabelecem com os terrenos ocupados. A questão mais importante, nesse sentido, é que os apoiadores ficam, na maior parte das vezes, alienados dos aspectos tangíveis da produção material dos espaços. Entendo que os arquitetos são, dentre os apoiadores, aqueles que mais se aproximam dessa produção, condição que se deve à natureza de sua atuação. Todavia, assim como se dá com os demais apoiadores, os arquitetos se afastam desses grupos constantemente e se apegam à natureza abstrata que também caracteriza sua atuação profissional.

Um grupo sócio-espacial fica mais evidente quando um agente externo interfere na sua lógica interna. A percepção acerca de sua existência é acentuada diante da constatação de suas perdas. Portanto, isso se dá quase sempre numa perspectiva nostálgica, como apontam os indícios observados por Silke Kapp durante o desenvolvimento de intervenções em uma escola.

Em que ponto o grupo deixa de ser apenas social e torna-se sócio-espacial? Difícil dizer. Certo é que haverá uma definição quando os responsáveis do órgão externo decidirem pôr fim ao que entendem como puxadinhos e gambiarras. Arquitetos contratados para a reforma procedem da maneira convencional: levantamento físico, reunião com a diretora, programa de necessidades (dessa vez incluindo laboratórios, a sala do pessoal da limpeza, uma biblioteca mais generosa), projeto, construção. O prédio recupera certa integridade formal e o grupo volta a ser grupo social num espaço determinado de cima para baixo. Depois as transformações de baixo para cima recomeçam, apenas com menos ânimo e capricho, porque todos sabem que serão desmanchadas mais cedo ou mais tarde.<sup>6</sup>

Trabalhar com um grupo sócio-espacial é criar condições para que ele continue a produzir seu espaço sem necessitar da presença de um sujeito externo que tome as decisões para que outros executem, perdendo, assim, sua condição de sócio-espacial e passando a ser um mero grupo social que ocupa um espaço. Um grupo sócio-espacial estará sempre ali, latente. Um agente externo comprometido com a autonomia deve buscar, com seu trabalho, que o grupo se

---

<sup>6</sup> KAPP, Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica, 2018, p. 232.

manifeste. Nas ocupações urbanas de Belo Horizonte, houve momentos na relação das assessorias técnicas com os moradores que favoreceu a autonomia do grupo. Por exemplo, na Ocupação Dandara, quando o projeto ficou mais fácil de ser demarcado e os moradores se apropriaram dele sem a necessidade do acompanhamento técnico, vislumbramos o favorecimento à organização interna para avançar no processo de produção daquele espaço. Pensar o espaço para enaltecer as manifestações do grupo sócio-espacial é se preocupar menos com a integridade de um objeto arquitetônico, e mais com a remoção de amarras e obstáculos para que um grupo sócio-espacial fique ativo, perceba sua existência e tome suas decisões sobre o espaço como parte necessária para sua permanência. As assessorias técnicas que os acompanham podem potencializar as suas manifestações e talvez assim contribuir com maior efetividade num processo de ruptura com a exclusão perversa que caracteriza essa realidade nas cidades brasileiras.

As ocupações urbanas são um exemplo de grupo sócio-espacial onde a autonomia é muito frágil, indício que fica evidente nas decisões coletivas. Os começos das ocupações são marcados por grande mobilização entre os participantes. Todos os envolvidos participam das reuniões para decidir sobre o terreno ocupado. As assembleias e reuniões internas são sempre cheias, com as pessoas disputando para opinar, por exemplo, sobre o parcelamento do terreno. A necessidade de uma coordenação desse processo por agentes externos — tais como assessores técnicos, militantes, agentes do tráfico ou da milícia — explicita sua fragilidade. Quando se resolve o parcelamento e cada morador vai para seu lote, as questões coletivas perdem relevância, e cada um passa a resolver os seus problemas, sendo retomadas as preocupações coletivas somente quando existe alguma pressão externa, como as ameaças de despejo. O enfraquecimento dessa coesão coletiva não significa que o grupo sócio-espacial não existe mais, mas tem a moradia como um fim e não uma perspectiva que justifique continuar o engajamento numa luta política para além do atendimento dessa demanda.

O grupo sócio-espacial dos atingidos pela ruptura da barragem da Samarco em Mariana, que moravam nos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, que após o desastre-crime, foram submetidos à várias ações para seu reassentamento. Tais ações são conduzidas pela Renova, uma fundação que representa a Samarco nas resoluções dos impactos gerados pelo

desastre-crime.<sup>7</sup> Nas negociações, os atingidos participam diretamente ou são representados pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e pela Cáritas Brasileira. Esses representantes acompanham e avaliam os procedimentos adotados pela Renova e têm poucas condições de interferir nas decisões, especialmente naquelas que dizem respeito à produção do espaço para os reassentamentos. Numa condução fortemente institucionalizada e abstrata, distante do cotidiano afetado, os atingidos, o MPMG e a Cáritas Brasileira não conseguem construir contrapontos qualificados para questionar e propor alternativas ao que lhes é apresentado. Os atingidos se tornam meros avalistas de decisões que já foram tomadas, não tendo controle sobre o processo de reassentamento.

Isso se deve muito ao grau do desastre que envolveu os grupos sócio-espaciais de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. A completa ruptura com os lugares destruídos pela lama levou o MPMG a assumir um grande protagonismo na condução das ações para restituição dos direitos desses atingidos. Essa atuação não partiu das experiências de produção do espaço dos lugares destruídos. Os atingidos parecem ser ouvidos, porém trata-se de uma oitiva pouco relevante, gerando grande frustração entre os envolvidos no que tange aos resultados alcançados — inclusive entre os técnicos da Fundação Renova, que buscam alternativas para serem compreendidos, valendo-se, para tanto, de diferentes recursos de comunicação, mas que avançam pouco num engajamento dos atingidos na construção dos reassentamentos. Nesse processo, há poucas possibilidades para uma crítica àquilo que teria levado ao desastre — a atividade predatória da mineração — e para reflexões acerca do rompimento com a dependência econômica para com a atividade minerária, frente ao consenso que existe na região e no Brasil como um todo em relação às *commodities* como possibilidade de acumulação capitalista e participação do país na economia mundial.

Os atingidos pelo desastre-crime da Samarco são grupos sócio-espaciais que tem sua autonomia ainda mais fragilizada ao comparar com os grupos das ocupações urbanas. Entendo ser um caso paradigmático para refletir sobre o referido conceito, num exercício de avaliação de grupos

---

<sup>7</sup> A Fundação Renova é uma organização não governamental privada e sem fins lucrativos responsável pela reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Ela é o resultado de um compromisso jurídico chamado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) estabelecido com as empresas responsáveis pelo desastre-crime: Samarco, Vale e BHP Billiton.



impactados de maneira violenta, e submetidos a mecanismos institucionalizados e abstratos que dificultam ainda mais o seu engajamento na recuperação de seus espaços de vida.

Esses procedimentos institucionalizados são também observados nas resoluções que envolvem as ocupações urbanas de Belo Horizonte, como quando a prefeitura da cidade se envolve diretamente na produção desses espaços, com destaque para o ocorrido na Ocupação Dandara desde 2018 e, mais recentemente, nas Ocupações da Izidora, ocasiões em que os agentes públicos passam a atuar nos territórios ocupados e encontram grandes dificuldades em dialogar com as especificidades locais.

Diante disso, coloca-se um embate que atravessa as políticas públicas brasileiras desde a redemocratização, desde quando a sociedade se engaja nos processos coletivos que envolvem seu cotidiano,<sup>8</sup> e a gestão participativa se apresenta como possibilidade.<sup>9</sup> Contudo, percebo que a gestão participativa é também muito frágil e não favorece os grupos sócio-espaciais, os processos se tornam frustrantes e apresentam poucos avanços para todos os envolvidos. Nestes casos a noção de colaborativo parece ser um caminho para o exercício da autonomia.

A participação tida por mero bônus pode ser banalizada, encenada ou suprimida sem afetar o empreendimento em si. Por outro lado, se o processo for entendido como colaboração (de *collaborare*, trabalhar junto) entre assessoria técnica e grupo assessorado, a supressão da agência de uma das partes implica o fim desse processo.<sup>10</sup>

O trabalho em colaboração com um grupo humano não deveria focar nas soluções, mas, sim, em problematizar o que se observam nos seus espaços. Uma reflexão construída em conjunto, e não solucionada por especialistas que acabam encerrando as questões e criando novos problemas para situações que não eram consideradas problemáticas. Quando os moradores se unem para resolver suas questões, mesmo que fora das premissas institucionalizadas, os especialistas deveriam dialogar, e não somente criminalizá-los sem compreender suas motivações, que passam pela exclusão de várias naturezas e também por disputas internas nos seus espaços de vida.

<sup>8</sup> KAPP, Direito ao espaço cotidiano, 2012.

<sup>9</sup> LOPES et al., Por partes, 2010.

<sup>10</sup> KAPP, Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica, 2018, p. 226.

Nesse processo, há um embate entre aspectos que foram institucionalizados e outros que não o foram e não o serão. É recorrente a predisposição a criminalizar os que não fazem parte das institucionalidades,<sup>11</sup> tratando-os como marginais. Considero que as estratégias construídas pelas ocupações na produção de seus espaços e dos lugares atingidos pelo desastre da Samarco são indícios da heterogeneidade desses grupos sócio-espaciais, explicitando que não é adequado partir de uma leitura supostamente universal para a produção das cidades. As ocupações urbanas, ao mesmo tempo que expressam, na sua ação direta de constituição de territórios de resistência, o anseio em participar dos canais institucionalizados, também apontam que essa participação deve considerar suas trajetórias sociais; a frustração entre os atingidos com os resultados da restituição de seus direitos é também um indício dessa contradição e de seus desafios. Esses lugares são fruto de um processo histórico de exclusão que levou a outras estratégias de sobrevivência, e seus resultados espaciais deveriam ser considerados, e não negligenciados pela produção institucionalizada do espaço, que tem nos arquitetos um importante sujeito. Ao não considerarmos isso, atropelamos outras manifestações sociais que não fazem parte de um discurso hegemônico.

Os grupos a que a assessoria técnica se destina — como movimentos de sem-teto e sem-terra, cooperativas de trabalho, os chamados povos tradicionais (índios, quilombolas, ciganos), assentamentos urbanos espontâneos ou ocupações organizadas — não são clientes nesse sentido moderno, porque não estão em condições de igualdade estrutural com a assessoria. A caracterização como cliente se aplicaria a eles apenas no sentido antigo, do plebeu que se submete ao patrício para que este o represente nas instâncias de poder, já que lhe faltam credenciais de acesso para fazê-lo por si mesmo (daí também o clientelismo). Analogamente, os grupos assessorados se submeteriam aos arquitetos em troca de representação junto a prefeituras, bancos e outras instâncias com as quais não negociam sozinhos, seja por interdições objetivas ou constrangimentos subjetivos. De fato, essa é uma das razões mais comuns de grupos procurarem assessoria técnica mesmo quando têm convicção de que não precisariam dela para equacionar espaços e construções. Menos mal se todos estiverem conscientes disso e a assessoria assumir sua

---

<sup>11</sup> Entendo institucionalidades como tudo aquilo que se apropria de preceitos propostos pelas instituições ou o próprio Estado, mas não se dá a partir destes. Atuações profissionais como a dos advogados e arquitetos são orientadas pelas instituições, o que não significa que eles estejam participando diretamente dessas — considero essa influência constante como manifestação das institucionalidades.

função advocatícia sem impor serviços técnicos não demandados. Ainda assim, a relação criará novas dependências, contrariando o objetivo de fortalecer a autonomia dos assessorados (além de sempre se correr o risco de a própria função advocatícia exigir serviços técnicos não demandados no início do processo).<sup>12</sup>

O sentido moderno de cliente se vincula a uma lógica de classe, seja como donos dos meios de produção, seja como proletários, ou como nos casos estudados, hiperprecarizados ou atingidos e os ‘iludidos’ da pequena burguesia, onde nos encontramos. Esse é um aspecto a ser lembrado por aqueles que atuam junto a populações vulneráveis. Tendemos a tratar todos como clientes no sentido moderno, esquecendo as diferenças das formações como classe.

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico, como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.<sup>13</sup>

O sentido da palavra cliente é adequado para a relação que se estabelece nas ocupações urbanas e com os atingidos: o arquiteto representa o grupo junto às instituições. Contudo, o problema são as ilusões que se criam, de tal maneira que os assessores começam a oferecer serviços que não foram solicitados, e os grupos estabelecem uma relação de dependência que não é necessária, mas se faz parecer que sim. Ao invés de o grupo colocar sua estratégia como legítima, apresenta-se como marginal e coloca como imprescindível a representação por um arquiteto.

Os diferentes grupos sócio-espaciais constituídos nas ocupações urbanas e entre os atingidos são influenciados por diferentes contextos históricos. Todos os envolvidos com esses grupos, abrangendo as organizações políticas, apoiadores, moradores e atingidos, se articulam e operam a partir desses diferentes momentos. Mesmo que um grupo sócio-espacial aparenta ter se dissolvido, ele exerce influência nos demais. É o caso da Ocupação Dandara, que vivencia uma nova etapa na sua regularização fundiária junto às instituições do Estado. Suas posturas influenciam procedimentos adotados pelos grupos sócio-espaciais das Ocupações da Izidora,

---

<sup>12</sup> Ibidem, p. 225.

<sup>13</sup> THOMPSON, A formação da classe operária inglesa, 1987, vol. 1, p. 9.

assim como influenciam e podem ser influenciadas pelos resultados dos reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Compreender essas diferentes fases históricas contribui para entender como esses grupos vão se articulando e complexificando suas escolhas para sua manutenção ou não.

#### AS DIFERENTES FASES DOS GRUPOS SÓCIO-ESPACIAIS NA LUTA POR MORADIA

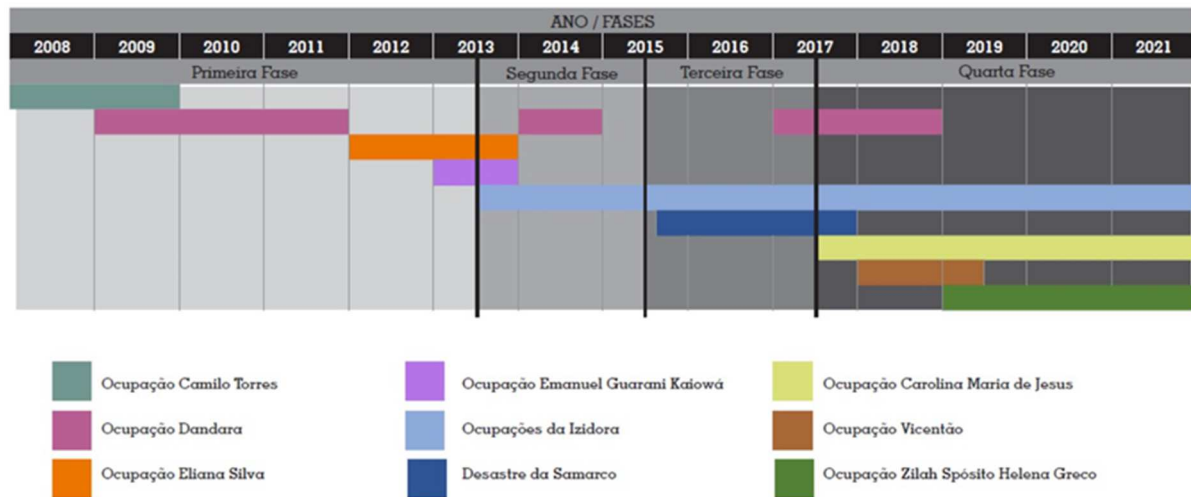
Os grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas e dos atingidos pela Samarco e as assessorias técnicas formadas nos últimos anos atravessam diferentes fases, influenciados pelos contextos em que ocorrem e como precisam se organizar na conquista de seus objetivos. Considero que são quatro fases nesse período: a primeira fase é marcada por ações diretas desses agentes sobre os territórios, sem nenhuma ou com uma mínima mediação institucional; na segunda fase, a mediação institucional se torna recorrente; na terceira, a ação se dá a partir das instituições — como exemplo emblemático o acompanhamento dos atingidos de Mariana —; e, finalmente, a quarta fase, que se desenrola diante de uma crise institucional que marca o Brasil desde meados dos anos 2010, quando as ações postulam a reconquista ou a reafirmação de supostas conquistas da redemocratização no Brasil desde os anos 1980.

As fases são influenciadas pelos quadros governamentais nas esferas federal, estadual e municipal que lhes são contemporâneos. Esses governos têm grande peso nos rumos tomados pelos grupos e na caracterização de cada uma dessas fases; as diferentes gestões evidenciam os traços e propósitos que essas fases assumem.

A primeira e a segunda fase coincidem, no nível federal, com os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff. A terceira fase se inicia durante o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff e perdura na presidência de Michel Temer. A quarta fase começa no governo de Michel Temer e se mantém na presidência de Jair Bolsonaro.

Na instância estadual, para a primeira e a segunda fases, temos os governos de Aécio Neves, Antônio Anastasia, além do governo de transição que encerra a gestão Anastasia com o governador Antônio Pinto Coelho. O início do governo de Fernando Pimentel coincide com o final da segunda fase e abrange toda a terceira fase. No segundo mandato de Pimentel, inicia-se a quarta fase, que seguirá na gestão de Romeu Zema.

Em nível municipal, a primeira e a segunda fases coincidem com a gestão de Márcio Lacerda, sendo que, no final de seu segundo mandato, começa a terceira fase, que atravessará e marcará a primeira etapa da gestão de Alexandre Kalil a partir de 2016. Ainda no primeiro mandato de Kalil, tem início a quarta fase, que se manterá no princípio de seu segundo mandato.



Quadro 1: Linha temporal das fases dos grupos sócio-espaciais

A concepção de fases que me ajuda a compreender os processos atravessados pelos grupos sócio-espaciais têm, na discussão sobre ação direta e ação institucional, uma importante baliza nas suas definições. Como explanei antes, um grupo sócio-espacial se constitui a partir da produção colaborativa do espaço, não somente por uma conformação espacial definida por outro. Todos participam das decisões, e a autonomia e a capacidade de exercê-la diferem em função do contexto em que cada grupo se forma. Para compreender as fases, estabelecer os graus de institucionalização e de envolvimento com instituições me parece ser o caminho. As experiências são aqui tratadas como mais um exemplo dos dilemas que movimentos que questionam as mazelas da sociedade burguesa apontam, partindo de um contexto de embate direto com o Estado e suas instituições, e promovendo aproximações no decorrer dos anos em função das conjunturas. Por esse motivo, considero que localizar as fases e relacioná-las com as gestões do Estado dão indícios do que acontece em cada um dos momentos que os casos estudados atravessam.

Na minha avaliação, o caminho de se aproximar do Estado e de suas institucionalidades tem sido contraditório, de tal modo que supostos avanços têm significado grandes retrocessos.

Entendo as ocupações urbanas e o ocorrido na ruptura da barragem da Samarco como manifestações de uma crise que caracteriza a sociedade brasileira — nos casos estudados, a exclusão de parte significativa dessa sociedade do acesso a questões consideradas básicas, como a moradia, ou à gestão do território, usualmente norteadas por interesses financeiros, como é a atividade minerária em Minas Gerais. Nessa aproximação, para sairmos da crise, utilizamos instrumentos de entes que são importantes responsáveis pela existência dessa crise, e, como argumenta Alysson Mascaro:

[...] sair da crise tomando por padrão o fundamento teórico que conduziu à própria crise é como tomar o próprio corpo para ser içado de um buraco no qual caiu, valendo-se para tanto das forças das próprias mãos do caído ao puxarem seus cabelos. Tanto o corpo não se içe sem alavancas externas quanto o próprio Estado e a política não se estruturam nem se explicam por meio de suas autodeclaradas definições ou de seus padrões funcionais e sistêmicos médios.<sup>14</sup>

Dada essa aproximação que cria ilusões de superação da crise, a desconfiança e a crítica devem ser constantes nessa relação. Os casos apresentam como essas situações se deram, trazendo à luz suas questões e seus desafios como experiências que configuram estratégias possíveis dentro de cada umas das fases estudadas. A esse respeito, é importante esclarecer o que entendo por ação direta: toda ação conduzida por agentes sociais apesar do Estado ou contra o Estado.<sup>15</sup>

A ação institucional também se dá a partir do ativismo, porém, tais ações ocorrem dentro das instâncias institucionalizadas ou utilizando os instrumentos e as ferramentas dessas instituições, como no caso dos arquitetos com seus planos e preceitos urbanísticos. Nessa condição, não podemos perder de vista que o Estado e suas instituições garantem uma regulação que coloca todos na condição de mercadoria.<sup>16</sup> Isso posto, fica evidente o cuidado necessário ao defender o Estado e uma atuação ativista que o tenha como a baliza de regulação. Entendo esses sujeitos como agentes políticos fora da máquina estatal.

<sup>14</sup> MASCARO, Estado e forma política, 2013, pp. 10–11.

<sup>15</sup> SOUZA, Dos espaços de controle aos territórios dissidentes, 2015, pp. 55–56.

<sup>16</sup> MASCARO, Estado e forma política, 2013, p. 18.

Com o passar das fases, acentua-se o peso que a ação institucional assume na luta das ocupações. A diferenciação que Marcelo Lopes de Souza<sup>17</sup> estabelece quanto ao Estado dentro das tradições políticas das esquerdas é também uma baliza para refletirmos sobre essas fases. Tais tradições são posturas teóricas constituídas historicamente: a estadocêntrica, representada pelo leninismo; a estadofóbica, pelos anarquistas clássicos; e a estadocrítica, mais contemporânea, abarcando setores libertários e marxistas. Cada uma dessas correntes enfrenta suas contradições com base na tradição à qual se vincule e onde se encontram nas disputas apresentadas.

Quanto ao Estado e seu papel, o mesmo autor resgata a definição de Nico Poulantzas,<sup>18</sup> para quem o Estado não é neutro — como dizem os liberais — e não é o comitê executivo da burguesia — como creem os marxista-leninistas e os anarquistas clássicos. O Estado tem que ser conquistado e desmontado, afinal ele é a forma política do capitalismo, ter como fim sua conquista não é suficiente para transformações. Essa constatação salienta o cuidado ao utilizar seus mecanismos nessas lutas — as diferentes fases que estabeleço ao ler esses movimentos sociais indicam, com suas contradições, que uma postura estadocrítica deve predominar nesse ativismo. Ignorar o Estado não faz sentido. É tão equivocado quanto aceitá-lo como uma instância absoluta. Numa perspectiva que valoriza aspectos autonomistas, o Estado é problemático por natureza; uma postura crítica ao Estado e a suas institucionalidades deve perpassar qualquer situação. A participação nas instituições e a utilização de seus instrumentos parecem necessárias dentro das lutas, o que não significa aceitação desses preceitos num processo de autoengano. As fases demonstram como a atuação institucional é sempre limitada frente à realidade.

Nos momentos em que a luta institucional ganha espaço, é importante controlar seus procedimentos. O Estado e as instituições podem atropelar aspectos internos dos grupos sócio-espaciais, porém ele, pela distância a que se coloca dessas questões internas, acaba não as compreendendo, e suas eventuais soluções são morosas. Nesses casos, os grupos sócio-espaciais podem jogar com essa morosidade para impedir que os processos avancem sem que os primeiros controlem seus resultados. As Ocupações da Izidora têm se valido dessa estratégia

---

<sup>17</sup> SOUZA, Dos espaços de controle aos territórios dissidentes, 2015, p. 56.

<sup>18</sup> Ibidem, pp. 58–59.

durante suas negociações: sempre que o Estado se impõe, os grupos sócio-espaciais dessas ocupações colocam elementos ou assumem posturas que levam a recuos dos agentes estatais. Se essas atitudes não levam a uma efetiva emancipação, elas proporcionam momentos de reorganização e ampliam as possibilidades de os processos assumirem novos rumos, levando a desacelerações contra as imposições estatais e de seus representantes.<sup>19</sup>

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante lembrar que o Estado e seus asseclas tendem sempre a operar através da cooptação e da repressão. Entre os agentes que compõem os movimentos sociais urbanos estudados, são diferentes as reações contra isso. Os moradores das ocupações, que cotidianamente estabelecem com o Estado uma relação marcada pela repressão, costumam desconfiar quando se aplicam instrumentos de persuasão; assim, na minha avaliação, essas ferramentas são mais eficientes junto aos apoiadores, especialmente aqueles que não têm nenhum vínculo com as organizações políticas. Estes ficam com receio de uma eventual mudança das tratativas para a repressão e acabam cedendo ou ficam pautando suas escolhas assentes em preceitos institucionalizados e com isso embotam a disputa política. Muitas vezes os moradores questionam as propostas de enfrentamento colocadas pelos militantes, ocasiões em que pode parecer a um desavisado que haveria ali uma manifestação da cooptação. Ela ocorre em algumas situações, sim, mas também há situações em que se percebe a necessidade de desanuiar algumas disputas para seguir numa negociação, sendo esse, então, um momento para reorganizar os procedimentos e mesmo para questionar a capacidade do Estado em dar conta de realizar aquilo a que se propõe.

Alysson Mascaro coloca que o Estado é a forma política do capitalismo.<sup>20</sup> Ao ser ocupado, todavia, isso não significa que automaticamente passará a responder aos desejos daqueles que o ocuparam, a sua conquista não se dá no capitalismo, afinal é a sua forma política, e tem como fundamento garantir o funcionamento do sistema. Sendo assim, ocupar o Estado ou ter algumas pautas nele incorporadas não implica uma conquista efetiva. Os seus fundamentos levam a que aqueles que o ocupam procurem o equilíbrio para a manutenção do sistema, por isso a ação institucional é sempre limitada.

---

<sup>19</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>20</sup> MASCARO, Estado e forma política, 2013, p. 32.



Em meados dos anos 2010 se formou o coletivo “Muitxs – Cidade que Queremos”,<sup>21</sup> uma ação libertária que envolvia várias organizações que atuavam na cidade, ela acabou sendo incorporada a estruturas partidárias já instaladas, ou que se formaram desde então. Por exemplo, as organizações políticas que conduzem as ocupações urbanas na cidade, apostaram nas estruturas partidárias — as Brigadas Populares têm participado do projeto “Gabinetona” do PSOL,<sup>22</sup> e o MLB se envolveu na criação do partido político UP, Unidade Popular. Tais escolhas suscitam um grande receio de que as experiências contemporâneas das ocupações urbanas de Belo Horizonte se tornem o que foi a experiência das lutas populares na cidade no período de redemocratização nos anos 1980, na experiência do PT na gestão municipal nos anos 1990.

A primeira fase, de ação direta, caracteriza-se por práticas com poucos vínculos institucionais e com as instâncias estatais. A ela pertence os grupos sócio-espaciais das ocupações Camilo Torres, Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá, todas iniciadas entre 2008 e 2013. Naquela época, as assessorias, as organizações políticas e os moradores utilizavam instrumentos formais, como planos urbanos e ferramentas jurídicas, para a conformação de seus territórios. Contudo, não havia nenhum vínculo formal com instituições ou com o Estado. Foi, então, período marcado por uma grande dificuldade de diálogo entre as institucionalidades e os gestores públicos.

Apesar de considerar essa fase como marcada pela ação direta, a estratégia de luta política que tem nas institucionalidades o seu ferramental essencial dá indícios dos rumos que esse movimento urbano adquire. Alysson Mascaro chama a atenção para o fato de que o Estado como forma política do capitalismo absorve as contradições das lutas de classes no sistema,<sup>23</sup> e esse envolvimento, a seu turno, amortece aspectos que deveriam justificar rupturas.

A segunda fase, ação institucionalizada, envolvendo os apoiadores e os grupos sócio-espaciais das Ocupações da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória), a partir de meados de 2013. Esta fase se caracteriza pela ação via ONGs e universidades, em negociações com o Estado. Os

---

<sup>21</sup> O coletivo “Muitxs – Cidade que Queremos” surgiu da união entre diversos grupos, como o Tarifa Zero, que luta pela melhoria do transporte público, a Praia da Estação, que atua no direito à ocupação dos espaços públicos e o Resiste Izidora, focado no direito à moradia, que se organizava através das Brigadas Populares, MLB e CPT-MG.

<sup>22</sup> PSOL – Partido Socialismo e Liberdade.

<sup>23</sup> MASCARO, Estado e forma política, 2013, p. 61.

limites e possibilidades de avanço da ação direta e da ação institucionalizada se tornaram temas centrais. Surgiram também sinais de esgotamento e desmobilização dos apoiadores (não dos moradores), especialmente nas Ocupações da Izidora, com embates frequentes entre aqueles que priorizavam a ação direta e os que priorizavam a ação institucionalizada. Ao mesmo tempo, essa fase deixou evidente certa negligência com a produção material dos terrenos ocupados. Na Izidora, entre reuniões de negociação com o Estado e proprietários de terrenos, aspectos da produção material do espaço passaram a ser tratados como se fossem contingenciais. A pressão das empresas e da prefeitura por uma solução do conflito fundiário era grande, o que também pressionou o movimento das ocupações na cidade a assumirem a ação institucionalizada — parte de seus componentes se organizam em ONGs e coletivos de arquitetos e advogados, com a retaguarda de grupos de pesquisa e extensão de universidades.

Nessa fase, desde o seu início esteve evidente que aquela atuação próxima ao Estado e suas instituições era insuficiente para o avanço do movimento social das ocupações urbanas. Inúmeras vezes advogados e arquitetos manifestavam a necessidade de manter a “luta política”, o que significava a ação direta. Dificilmente teríamos ganhos significativos na estratégia da ação institucionalizada. Os pequenos ganhos judiciais eram comemorados, mas se mostravam rapidamente insuficientes para a manutenção das ocupações.

A terceira fase, ação institucional, compreende as experiências do acompanhamento do grupo sócio-espacial dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão da Samarco, em Mariana. Nessa fase ocorrem parcerias estreitas dessas assessorias dos atingidos com as instituições estatais, a ponto de, em campo, a assessoria e mesmo alguns atingidos serem identificados como representantes dessas instituições, especialmente o MPMG. O caso do desastre-crime da Samarco chega a ser paradoxal nesse sentido: a assessoria atua junto ao MPMG contra um capital globalizado que exerce enorme influência sobre as instituições públicas e sobre o território onde atua. Em várias ocasiões, a Samarco e, posteriormente, a Fundação Renova tomam o lugar do Estado na formulação e implementação de políticas e na resolução de conflitos decorrentes do desastre, deixando a população ainda mais vulnerável. Nessa situação, a assessoria, em parceria com as autarquias estatais, disputa o Estado.

O desastre da Samarco criou a condição para que os distritos atingidos, autoproduzidos durante vários anos, ingressassem numa lógica de relações mediadas como mercadoria. Não que esses

lugares existissem fora dessa condição, mas, devido a um cotidiano afastado de uma dinâmica que transforma a tudo e a todos em mercadorias, a ocorrência do desastre gerou uma ruptura imediata e forçou todos a estabelecerem relações estranhas, e não construídas e amortecidas pelo tempo. O evento provocou o ingresso traumático dos atingidos num sistema com o qual eles já viviam, mas que estava naturalizado e adaptado às lógicas locais.

A resolução dos problemas advindos do desastre começa com o protagonismo do MPMG, que expõe os limites de uma atuação que se restringe a regular relações de troca entre coisas. O acompanhamento da assessoria técnica e jurídica em parceria com o MPMG segue nessa mesma lógica e apresenta poucas saídas para superar essa condição. Ao tratar os atingidos como sujeitos de direito, todos passaram à condição cabal de mercadorias, e a restituição de seus direitos atingidos com o desastre, por sua vez, tornam-se peças postas no mercado para serem trocadas, apagando suas características, diferenças e diversidades; todos se tornam mercadorias postas em condição de igualdade e demandam regulação por um Estado enfraquecido e dependente das decisões da Renova e da Samarco, a responsável pelo desastre. A situação é marcada por uma grande frustração de todos os envolvidos: os agentes do MPMG, as assessorias parceiras e os grupos sócio-espaciais dos atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

A quarta fase é marcada pela crise institucional e uma revalorização do Estado na gestão pública. Diz respeito às experiências de assessoria técnica aos grupos formados nas ocupações verticais Carolina Maria de Jesus e Vicentão, entre 2017 e 2018, e na Ocupação Zilah Spósito Helena Greco, que a partir de 2019, em conjunto com as negociações em que as demais Ocupações da Izidora estão envolvidas com a Prefeitura de Belo Horizonte desde 2013. O momento coincide com o ápice da crise política no Brasil, depois do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a presidência de Michel Temer e a eleição e posse de Jair Messias Bolsonaro. Tem havido, por parte desses grupos, uma tentativa de retomada do diálogo com o Estado e suas instituições que estão sendo desmontadas. A experiência com os atingidos de Mariana foi como um treino para essa situação atual, um exercício de retomada do Estado e de suas instâncias políticas e administrativas. Este momento é marcado por aliviar críticas que foram construídas nos últimos anos, numa tentativa de recuperar certa normalidade institucional

aparentemente perdida, condição que gera incômodos, já que esse mesmo Estado, supostamente perdido, não se dispôs, anteriormente, a atender as demandas desses grupos sócio-espaciais.

A crise institucional que atravessamos e essa valorização da ação estatal e institucional por parte dos grupos sócio-espaciais no intuito de retomar algo que nunca se teve são aspectos que considero um equívoco. Este artigo almeja evidenciar que o Estado, suas instituições e as institucionalidades são menos uma possibilidade para a superação de crises, e mais parte dos problemas que são criados e que impedem efetivos avanços, garantindo a permanência, e não a ruptura.

## REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. O espaço e a história no Mediterrâneo [La Méditerranée, l'espace et l'histoire]. São Paulo: Martins Fontes, [1985] 1988.

KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. Caderno Metrópole, São Paulo: Letra Capital Editora, v. 14, n. 28, 2012.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, 2018, pp. 221–236.

LOPES, João Marcos; KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres. In: Anais do Silacc 03 — Simpósio Ibero-Americano de cidade e cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas [2010]. São Carlos: Universidade de São Paulo, 2010.

MASCARO, Alysson Leandro. Estado e forma política. São Paulo: Boitempo, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade (a Reserva Extrativista). Brasília: Ibama, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade [The making of the english working class]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1963] 1987, vol. 1.